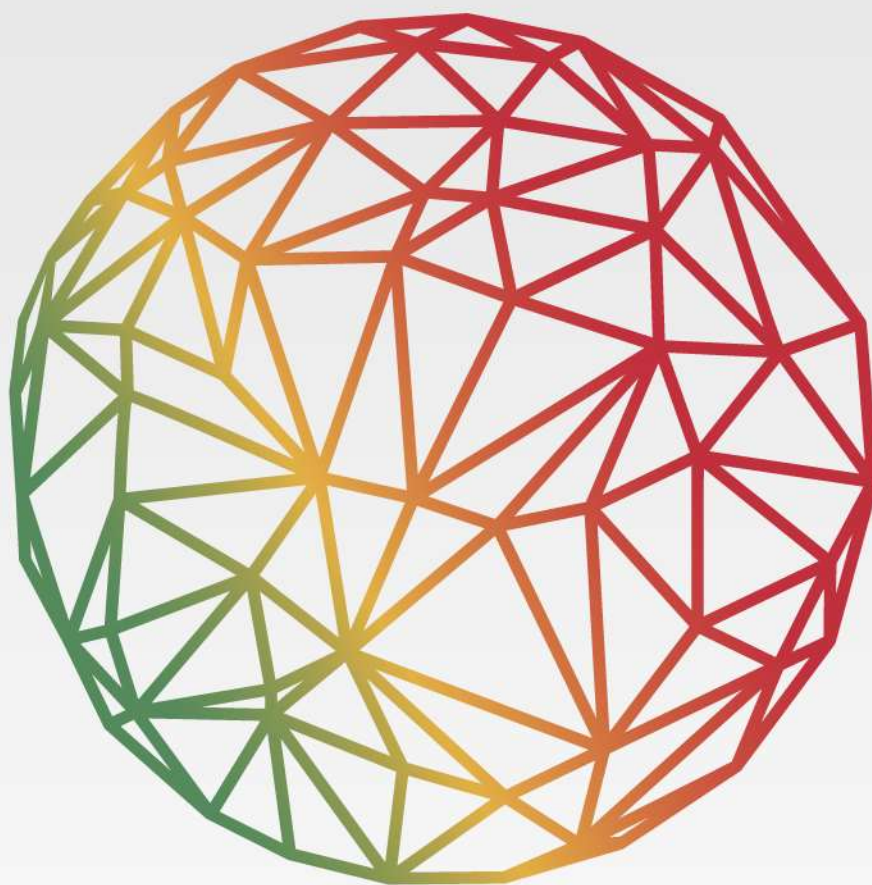




Relatório Trimestral de Execução Orçamental

3.º Trimestre de 2017



SPMS_{EPE}
Serviços Partilhados do Ministério da Saúde



I. Índice

I. Índice	1
II. Introdução.....	2
III. Execução do orçamento	3
a. Análise Orçamental Global	3
b. Execução da receita com referência a 30 de setembro de 2017	4
c. Execução da despesa com referência a 30 de setembro de 2017	7
IV. Demonstrações Financeiras.....	10
1. Balanço	10
2. Demonstração de Resultados	11
3. Demonstração das Alterações no Capital Próprio	12
4. Demonstração dos Fluxos de Caixa	13
5. Notas às Demonstrações Financeiras.....	14
V. Indicadores.....	19
VI. Conclusão.....	22



II. Introdução

O presente relatório trimestral de execução orçamental enquadra-se nas obrigações legais decorrentes da alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro¹, do n.º 4 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março², bem como da alínea i) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (doravante apenas SPMS)³.

Este relatório tem por objetivos:

- Explicitar os níveis de execução orçamental, referenciando os aspetos mais relevantes da atividade financeira da SPMS, nos domínios das receitas e das despesas;
- Analisar a posição financeira, o desempenho e alterações na posição financeira da SPMS, considerando, para o efeito, o balanço, a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa e um conjunto de indicadores relevantes.

¹ Regime jurídico do setor empresarial do Estado, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro.

² Decreto de Execução do Orçamento do Estado para 2017.

³ Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março e alterados pelos Decretos-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro e n.º 209/2015, de 25 de setembro.

III. Execução do orçamento

a. Análise Orçamental Global

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da empresa em termos de pagamentos e recebimentos e de compromissos assumidos e por pagar.

(Unid Monetária: Euros)

Resumo da execução orçamental				
Principais agregados	SET - 2016	SET - 2017	Variação	%
Previsões Corrigidas	86.312.285,00 €	87.936.208,00 €	1.623.923,00 €	2%
Receitas Liquidadas	48.677.990,00 €	39.241.490,00 €	- 9.436.500,00 €	-19%
Liquidações anuladas	673.121,00 €	830.572,00 €	157.451,00 €	23%
Recebimentos	48.882.013,00 €	36.800.923,00 €	- 12.081.090,00 €	-25%
Dotações corrigidas	87.000.661,00 €	82.077.947,00 €	- 4.922.714,00 €	-6%
Cativos ou congelamentos	8.011.527,00 €	5.829.174,00 €	- 2.182.353,00 €	-27%
Compromissos assumidos	64.063.143,00 €	53.820.559,00 €	- 10.242.584,00 €	-16%
Saldo de gerência anterior	2.721.950,00 €	5.759.261,00 €	3.037.311,00 €	112%
Reembolsos e restituições	2.637.888,00 €	5.286.214,00 €	2.648.326,00 €	100%
Pagamentos	25.997.088,00 €	29.772.442,00 €	3.775.354,00 €	15%
Saldo	22.968.987,00 €	7.501.528,00 €	- 15.467.459,00 €	-67%

Outros indicadores	SET - 2016	SET - 2017	Variação	%
Receita por cobrar no início	4.597.306,00 €	5.278.546,00 €	681.240,00 €	15%
Receita por cobrar no final	998.212,00 €	1.129.281,00 €	131.069,00 €	13%
Compromissos por pagar	38.066.055,00 €	24.048.117,00 €	- 14.017.938,00 €	-37%

Figura 1 – Resumo da execução orçamental

No terceiro trimestre de 2017 a SPMS apresenta uma diminuição na receita cobrada e liquidada face a 2016, consequência do aumento de capital no valor de 19.637.140€, ocorrido em setembro de 2016, para fazer face, exclusivamente, à cobertura da amortização antecipada da dívida bancária resultante da transmissão das posições jurídicas dos Agrupamentos Complementares Empresas SOMOS, já referida em relatórios anteriores.

A 30 de setembro de 2017 a SPMS recebeu onze duodécimos do Orçamento do Estado em face da autorização da antecipação de dois duodécimos, recebidos em abril e junho, pedido que foi aprovado por sua excelência o secretário de Estado da Saúde.



A SPMS assumiu compromissos, até de setembro de 2017, no montante de cerca de 53,8M€, dos quais 24M€ ainda estão por pagar.

b. Execução da receita com referência a 30 de setembro de 2017

Mapa de controlo da execução orçamental da receita por subagrupamento - SPMS													
set-17													Un: euro
Descrição			Previsões Corrigidas	Rec. Por cob. Início do ano	Receitas liquidadas	Liquidações Anuladas	Receita cobrada ano	Receita cobrada ano anterior	Receita cobrada total	Reembolsos e restituições	Receita cobrada líquida	Rec. por cobrar final do ano	Grau (%)
Font. Fin.	Agrup.	Designação	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]+[6]	[8]	[9]=[7]-[8]	[2]+[3]-[4]-[7]	[1]=[7]/[1]
3.1.3	R16.01	SALDO ORÇAMENTAL	3.556.613 €	- €	3.556.613 €	- €	3.556.613 €	- €	3.556.613 €	3.556.613 €	- €	- €	100,0%
3.1.9	R06.03	RECEITAS CORRENTES	34.638.977 €	- €	26.106.208 €	- €	26.106.208 €	- €	26.106.208 €	- €	26.106.208 €	- €	75,4%
3.1.9	R15.01	REPOSIÇÕES N ABATIDAS	205.919 €	- €	205.919 €	- €	205.919 €	- €	205.919 €	- €	205.919 €	- €	100,0%
4.1.2	R06.09	RESTO DO MUNDO	2.516.874 €	- €	526.807 €	- €	526.807 €	- €	526.807 €	- €	526.807 €	- €	20,9%
4.8.2	R06.09	RESTO DO MUNDO	270.178 €	- €	22.408 €	- €	22.408 €	- €	22.408 €	- €	22.408 €	- €	8,3%
4.8.8	R16.01	SALDO ORÇAMENTAL	473.047 €	- €	473.047 €	- €	473.047 €	- €	473.047 €	- €	473.047 €	- €	100,0%
5.1.0	R05.03	JUROS - ADMINISTRACOES PUBLICAS	1.000 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%
5.1.0	R07.02	SERVICOS	41.547.474 €	5.278.546 €	3.791.030 €	830.572 €	2.369.617 €	4.740.106 €	7.109.724 €	- €	7.109.724 €	1.129.281 €	17,1%
5.1.0	R08.01	OUTRAS	994.992 €	- €	994.992 €	- €	994.992 €	- €	994.992 €	- €	994.992 €	- €	100,0%
5.1.0	R15.01	REPOSIÇÕES N ABATIDAS	1.533 €	- €	1.532 €	- €	1.532 €	- €	1.532 €	- €	1.532 €	- €	99,9%
5.2.0	R16.01	SALDO ORÇAMENTAL	1.729.601 €	- €	1.729.601 €	- €	1.729.601 €	- €	1.729.601 €	1.729.601 €	- €	- €	100,0%
5.4.0	R06.03	RECEITAS CORRENTES	2.000.000 €	- €	1.833.333 €	- €	1.833.333 €	- €	1.833.333 €	- €	1.833.333 €	- €	91,7%
			87.936.208 €	5.278.546 €	39.241.490 €	830.572 €	37.820.078 €	4.740.106 €	42.560.184 €	5.286.214 €	37.273.970 €	1.129.281 €	42,4%

Figura 2 – Execução orçamental da receita por subagrupamento

Analisando o mapa de execução orçamental da receita, por subagrupamento, verifica-se a existência de um grau de execução da receita de 42%.

No final do 3º trimestre de 2017 a execução da receita é inferior à execução prevista. Esta situação deve-se ao facto da SPMS não ter faturado à Administração Central do Sistema de Saúde as metas referentes aos três primeiros trimestres no âmbito do Contrato Programa estabelecido com aquela entidade. Tal deve-se à inexistência de aprovação e homologação da adenda ao Contrato-Programa para o ano de 2017.

Todavia, nas projeções de tesouraria assume-se um cenário de faturação de cerca de 5M€ ainda em outubro, correspondente às metas executadas a 100%.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da receita nos últimos três anos com referência ao mês de setembro.

(Unid Monetária: Euros)			
Receita	SET - 15	SET - 16	SET - 17
Valor Orçamentado	76.434.104,00 €	86.312.285,00 €	87.936.208,00 €
Valor Executado	50.522.762,00 €	48.966.075,00 €	37.273.970,00 €
Grau de Execução	66%	57%	42%

Figura 3 – Evolução da execução do orçamento da receita

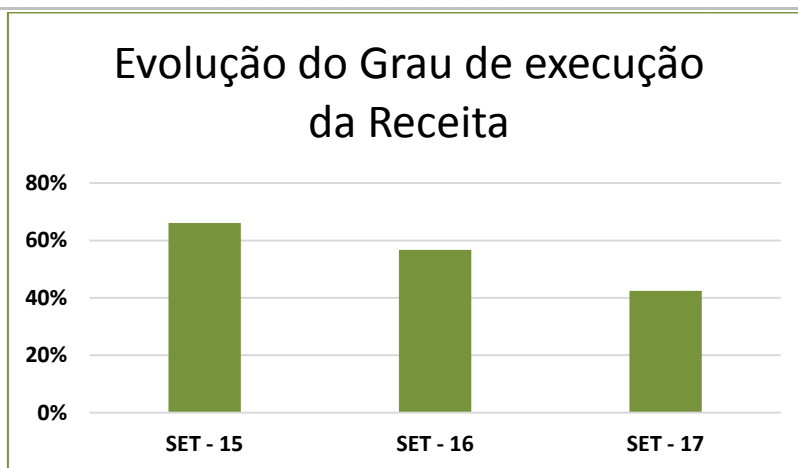


Figura 4 – Evolução do grau de execução da receita

A 30 de setembro 2017 a SPMS recebeu o correspondente a onze duodécimos provenientes do montante inscrito no Orçamento de Estado como transferências correntes.



Figura 5 – Estrutura das receitas

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da execução da receita:



(Unid Monetária: Euros)

SET2017 - Resumo da execução da receita - Comparação com o esperado								
F.F.	Económica	Fontes de Receita	Saldo de 2016	Receita inicial estimada	Prespetiva de Recebimentos	Emissão	Cobrança	Grau de ex. (%)
3.1.9	06.03.07	ACSS CP - Contínuo	- €	28.000.000,00 €	28.000.000,00 €	25.666.666,65 €	25.666.666,65 €	92%
3.1.9	06.03.07	ACSS CC - SNS24	- €	- €	6.638.977,00 €	439.541,33 €	439.541,33 €	7%
3.1.9	15.01.01	Reposições não abatidas aos pagamentos	- €	- €	205.918,63 €	205.918,63 €	205.918,63 €	100%
4.1.2	06.09.01	SAMA	- €	592.859,00 €	526.807,02 €	526.807,00 €	526.807,00 €	100%
4.8.2	06.09.01	UE	- €	270.178,00 €	270.178,00 €	22.408,00 €	22.408,00 €	8%
5.1.0	05.03.01	Juros	- €	1.000,00 €	- €	- €	- €	0%
5.1.0	07.02.99.A0	ACSS CP - Projetos em Desenvolvimento	1.776.923,56 €	7.084.800,00 €	18.450.168,06 €	- €	1.776.923,56 €	9%
5.1.0	07.02.99.A0	ACSS CP - PRITIC (2016)	1.807.813,71 €	9.259.194,00 €	1.864.633,07 €	- 38.984,36 €	1.759.911,85 €	48%
5.1.0	07.02.99.A0	ACSS CP - Medidas do governo (2016)	520.575,36 €	1.845.000,00 €	511.657,86 €	- 8.917,50 €	520.575,36 €	50%
5.1.0	07.02.99.B0	Serviços Partilhados	525.099,54 €	2.748.774,00 €	3.029.981,86 €	1.888.787,95 €	1.337.840,12 €	38%
5.1.0	07.02.99.B0	SITAM		316.325,00 €	259.042,00 €	230.474,08 €	230.474,08 €	89%
5.1.0	07.02.99.C0	Direção Geral da Saúde	552.454,50 €	3.388.755,00 €	1.623.974,13 €	701.926,56 €	1.203.372,96 €	55%
5.1.0	07.02.99.C0	Açores (Saudaço)		917.896,00 €	216.075,05 €	- €	- €	0%
5.1.0	07.02.99.C0	INCM	48.052,61 €	225.495,00 €	254.756,36 €	184.945,94 €	232.998,55 €	77%
5.1.0	07.02.99.C0	Iasaúde (Instituto de Administração da Saúde)	25.620,00 €	137.268,00 €	151.449,00 €	- €	25.620,00 €	14%
5.1.0	07.02.99.C0	Santa casa Misericórdia	22.007,16 €	- €	22.007,16 €	- €	22.007,16 €	50%
5.1.0	07.02.99.C0	Outros	- €	- €	2.435,40 €	2.225,40 €	- €	0%
5.1.0	07.02.99.D0	Fees a fornecedores	- €	15.625.500,00 €	- €	- €	- €	0%
5.1.0	08.01.99	Reembolso IRC	- €	- €	994.991,77 €	994.991,77 €	994.991,77 €	100%
5.1.0	15.01.01	Reposições não abatidas aos pagamentos	- €	- €	1.532,36 €	1.532,36 €	1.532,36 €	100%
5.4.0	06.03.07	ACSS CP - Contínuo (ADICIONAL)	- €	2.000.000,00 €	2.000.000,00 €	1.833.333,35 €	1.833.333,35 €	92%
Total			5.278.546,44 €	72.413.044,00 €	65.024.584,73 €	32.651.657,16 €	36.800.922,73 €	52%

Figura 6 – Grau de execução da receita



c. Execução da despesa com referência a 30 de setembro de 2017

Mapa de controlo da execução orçamental da despesa por subagrupamento - SPMS

set-17		Un: euro							
Descrição	Dotações corrigidas	Cativos ou congelamentos	Dotações líquidas	Compromissos Asumidos	Despesa Paga	Dotação Não comprometida	Saldos	Compromissos por pagar	Grau (%)
Font. Fin. Agrup. Designação	[1]	[2]	[3]=[1]-[2]	[4]	[5]	[6]=[3]-[4]	[7]=[3]-[5]	[8]=[4]-[5]	[9]=[5]/[3]
3.1.9 D01.01 REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	7.270.540 €	806.893 €	6.463.647 €	5.381.016 €	5.367.705 €	1.082.631 €	1.095.942 €	13.311 €	83,0%
3.1.9 D01.02 ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	813.072 €	311.232 €	501.840 €	501.838 €	500.908 €	2 €	932 €	930 €	99,8%
3.1.9 D01.03 SEGURANÇA SOCIAL	1.870.251 €	202.385 €	1.667.866 €	1.410.503 €	1.266.357 €	257.363 €	401.509 €	144.146 €	75,9%
3.1.9 D02.01 AQUISIÇÃO DE BENS	78.457 €	4.318 €	74.139 €	42.348 €	26.009 €	31.791 €	48.130 €	16.339 €	35,1%
3.1.9 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	23.418.326 €	23.439 €	23.394.887 €	20.616.900 €	6.596.608 €	2.777.987 €	16.798.279 €	14.020.292 €	28,2%
3.1.9 D06.02 DIVERSAS	1.344.250 €	1.302.610 €	41.640 €	39.452 €	37.277 €	2.188 €	4.363 €	2.174 €	89,5%
4.1.2 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	2.516.874 €	- €	2.516.874 €	708.089 €	268.223 €	1.808.785 €	2.248.651 €	439.866 €	10,7%
4.8.2 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	270.178 €	- €	270.178 €	- €	- €	270.178 €	270.178 €	- €	0,0%
5.1.0 D02.01 AQUISIÇÃO DE BENS	443.000 €	- €	443.000 €	395.179 €	256.972 €	47.821 €	186.029 €	138.208 €	58,0%
5.1.0 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	31.020.677 €	221.632 €	30.799.045 €	20.834.315 €	12.917.359 €	9.964.730 €	17.881.686 €	7.916.957 €	41,9%
5.1.0 D03.06 ENCARGOS FINANCEIROS	1.000 €	- €	1.000 €	- €	- €	1.000 €	1.000 €	- €	0,0%
5.1.0 D06.02 DIVERSAS	4.220.442 €	2.956.665 €	1.263.777 €	487.828 €	328.821 €	775.949 €	934.956 €	159.006 €	26,0%
5.1.0 D07.01 INVESTIMENTOS	6.810.880 €	- €	6.810.880 €	1.454.945 €	954.235 €	5.355.935 €	5.856.645 €	500.710 €	14,0%
5.4.0 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	2.000.000 €	- €	2.000.000 €	1.948.146 €	1.251.969 €	51.854 €	748.031 €	696.177 €	62,6%
	82.077.947 €	5.829.174 €	76.248.773 €	53.820.559 €	29.772.442 €	22.428.214 €	46.476.331 €	24.048.117 €	39,0%

Figura 7 - Execução orçamental da despesa por subagrupamento

A execução da despesa evidencia um grau de execução de 39%, o que significa que o nível de execução da despesa é prudente face ao nível de execução da receita.

A existência de cativações orçamentais, na ordem dos 5,8M€, irá limitar a assunção dos compromissos previstos em sede de orçamento e, consequentemente, a capacidade de realização de serviços e respetiva faturação.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da despesa nos últimos três anos, com referência ao mês de setembro.

(Unid Monetária: Euros)			
Despesa	SET - 15	SET - 16	SET - 17
Valor Orçamentado	60.251.850,00 €	87.000.661,00 €	82.077.947,00 €
Valor cativo	7.519.270,00 €	8.011.527,00 €	5.829.174,00 €
Valor Executado	28.663.624,00 €	25.997.088,00 €	29.772.442,00 €
Grau de Execução	54%	33%	39%

Figura 8 - Evolução da execução do orçamento da despesa



Figura 9 – Evolução do grau de execução da despesa



Na figura seguinte é possível verificar os valores pagos por tipo de despesa e respetivo peso relativo.



Figura 10 – Estrutura das despesas

Do valor total pago 72% corresponde a aquisição de serviços e 24% a despesas com o pessoal (remunerações, abonos e segurança social).

Como se pode verificar no quadro seguinte, a despesa paga acumulada apresentada em setembro de 2017, foi superior à despesa no mesmo período em 2016. O facto da SPMS ter recebido dois duodécimos do OE de forma antecipada possibilitou fazer face a uma maior execução dos compromissos assumidos.

(Unid Monetária: Euros)

Resumo da execução da despesa - Evolução face a 2016					
Principais agregados	ORÇ. CORR. 2017	SET - 2016	SET - 2017	Varição homóloga	%
Despesas com o pessoal	9.953.863 €	6.328.888,00 €	7.134.970,00 €	806.082,00 €	13%
Aquisição de bens e serviços	59.747.512 €	16.833.491,00 €	21.317.140,00 €	4.483.649,00 €	27%
Outras despesas correntes	5.564.692 €	1.346.835,00 €	366.098,00 € -	980.737,00 €	-73%
Investimento	6.810.880 €	366.219,00 €	954.235,00 €	588.016,00 €	161%
Transf. Capital	- €	1.121.655,00 €	- € -	1.121.655,00 €	-100%
Total	82.076.947,00 €	25.997.088,00 €	29.772.442,00 €	3.775.354,00 €	15%

Figura 11 – Evolução das despesas por agrupamento

Em termos analíticos, apresenta-se de seguida a estrutura de compromissos e pagamentos por orgânica.



(Unid Monetária: Euros)

Código	Descrição da Unidade Orgânica	Compromissos Assumidos	Pagamentos	Compromissos por pagar
1	Direção de Assuntos Jurídicos e Contencioso	417.833,99 €	164.942,57 €	252.891,42 €
2	Direção de Comunicação e Relações Públicas	807.046,11 €	694.922,66 €	112.123,45 €
3.1	Unidade de Compras Agregadas de Bens da Saúde	750,00 €	750,00 €	- €
5	Direção Financeira	144.057,21 €	82.916,88 €	61.140,33 €
5.1	Unidade de Serviços Financeiros	402.496,27 €	271.315,35 €	131.180,92 €
6	Direção de Planeamento e Desenvolvimento Organizacional	256.123,08 €	231.011,04 €	25.112,04 €
7	Direção de Recursos Humanos	7.365.052,01 €	7.132.864,77 €	232.187,24 €
7.1	Unidade de Recursos Humanos	13.825,35 €	5.288,57 €	8.536,78 €
7.2	Unidade de Serviços Partilhados de Recursos Humanos	710.133,31 €	422.671,81 €	287.461,50 €
7.3	Academia da SPMS	146.822,47 €	58.065,52 €	88.756,95 €
10	Unidade de Apoio Geral	1.312.627,31 €	962.745,16 €	349.882,15 €
11	Conselho de Administração	36.571,95 €	36.571,95 €	- €
12.3	Núcleo de PMO	57.472,37 €	29.884,84 €	27.587,53 €
12.5	Núcleo de Mobilidade e Apps	87.016,23 €	- €	87.016,23 €
13.2	Unid. de Coordenação Arquitetura e Int. e Proj. Internacionais	113.762,18 €	88.859,16 €	24.903,02 €
13.3	Unid. de Coord. Sist. de Suporte a Programas Estruturais da Saúde	200.761,13 €	120.852,96 €	79.908,17 €
13.6	Unid. de Coord. Sist. de Suporte a Programas Estruturais da Saúde	4.558.687,95 €	2.330.531,41 €	2.228.156,54 €
13.7	Unidade de Coordenação Plataformas de Integração de Cuidados	552.153,41 €	117.526,36 €	434.627,05 €
13.8	Unidade de Coordenação Registos Nacionais e Serviços Back-End	66.305,20 €	59.433,60 €	6.871,60 €
13.11	Unid. de Coordenação Sistemas de Informação de Apoio à Gestão	620,00 €	620,00 €	- €
14.3	Unidade de Advanced Analytics e Intelligence	1.706.118,24 €	1.001.381,50 €	704.736,74 €
14.4	Unidade de Sistemas de Gestão de Recursos	2.615.910,96 €	997.053,63 €	1.618.857,33 €
14.5	Unidade de Operações e Infraestrutura Central	83.637,54 €	83.637,54 €	- €
15.1	Unidade de Gestão do Medicamento e do Dispositivo Médico	983.633,32 €	363.266,27 €	620.367,05 €
15.2	Unidade de Sistemas Hospitalares	1.723.370,95 €	907.086,78 €	816.284,17 €
15.3	Unidade dos Sistemas de Informação da SPMS	98.467,30 €	77.645,05 €	20.822,25 €
15.5	Unid. de Plataformas de Int. de Cuidados e Serv. para o Cidadão	2.018.146,22 €	913.211,63 €	1.104.934,59 €
15.6	Núcleo de Apoio à DSI	12.054,00 €	- €	12.054,00 €
16.1	Unidade de Planeamento, Arquitetura e Auditoria	316.640,11 €	152.154,41 €	164.485,70 €
16.2	Unid. de Proj. de Sistemas de Cuidados Primários e de Proximidade	1.532.378,09 €	770.160,45 €	762.217,64 €
16.3	Unidade de Projetos de Gestão de Serviço e Suporte	952.392,72 €	285.129,05 €	667.263,67 €
16.4	Unidade de Operação e Infraestruturas Regionais e Locais	14.332.588,53 €	9.494.895,14 €	4.837.693,39 €
16.5	Unidade de Registos Nacionais e Interoperabilidade Técnica	1.238.740,75 €	598.326,45 €	640.414,30 €
16.6	Núcleo do eSIS	340.049,44 €	171.415,21 €	168.634,23 €
17	Direção de Compras de Bens e Serviços Transversais	163.193,52 €	105.326,20 €	57.867,32 €
18	Direção de Compras de Bens e Serviços de Saúde	1.179.852,34 €	688.583,82 €	491.268,52 €
19	Direção de Compras Públicas Internas	57.240,10 €	50.548,59 €	6.691,51 €
19.1	Unidade de Aprovisionamento	293.619,62 €	83.902,13 €	209.717,49 €
20.1	Unidade de Auditoria Interna	20.392,94 €	5.026,80 €	15.366,14 €
22	Unidade de Controlo de Gestão de Compras Públicas	75.106,00 €	25.372,54 €	49.733,46 €
24	Direção do Centro Nacional de Telesáude	6.826.909,00 €	186.544,20 €	6.640.364,80 €
Total		53.820.559,22 €	29.772.442,00 €	24.048.117,22 €

Figura 12 – Estrutura de compromissos e pagamentos por Orgânica



IV. Demonstrações Financeiras

1. Balanço

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Balanço Individual em 30 de setembro 2017

(Valores expressos em euros)

Rubricas	Notas	30.set.17	30.set.16
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1.875.057,93	1.965.673,16
Ativos intangíveis	6	980.419,43	623.377,54
		2.855.477,36	2.589.050,70
Ativo corrente			
Clientes	8	1.129.280,90	998.212,49
Estado e outros entes públicos	9	2.107.872,50	957.047,76
Outros créditos a receber	10	6.741.751,42	6.940.075,34
Diferimentos	11	2.885.699,88	1.569.572,25
Caixa e depósitos bancários	4	7.796.311,36	22.943.593,86
		20.660.916,06	33.408.501,70
Total do ativo		23.516.393,42	35.997.552,40
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	12	25.637.140,00	25.637.140,00
Resultados transitados	13	-26.355.252,71	-26.355.933,91
Outras variações no capital próprio	13	5.340.000,00	-
Resultado líquido do período	7	3.959.750,04	5.640.178,91
Total do capital próprio		8.581.637,33	4.921.385,00
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	17	501.157,41	617.335,25
Financiamentos obtidos		-	21.483.492,57
		501.157,41	22.100.827,82
Passivo corrente			
Fornecedores	14	3.980.560,36	2.041.604,40
Estado e outros entes públicos	9	1.626.867,54	1.461.702,48
Financiamentos obtidos		-	444.602,22
Outras dívidas a pagar	15	3.826.170,78	5.027.430,48
Diferimentos	11	5.000.000,00	-
		14.433.598,68	8.975.339,58
Total do passivo		14.934.756,09	31.076.167,40
Total capital próprio e do passivo		23.516.393,42	35.997.552,40



2. Demonstração de Resultados

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

Período findo em 30 de setembro 2017

(Valores expressos em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	30.set.17	30.set.16
Vendas e serviços prestados	16	8.861.914,13	9.001.117,32
Subsídios à exploração	24	23.676.688,62	21.318.885,49
Fornecimentos e serviços externos	18	-17.874.142,05	-14.779.347,78
Gastos com o pessoal	19	-6.734.661,96	-6.154.007,62
Outros rendimentos	20	359.744,84	168.971,19
Outros gastos	21	-1.096.310,52	-370.818,22
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		7.193.233,06	9.184.800,38
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	22	-1.687.545,56	-1.056.180,56
Resultado operacional (antes de gasto de financiamento e impostos)		5.505.687,50	8.128.619,82
Juros e gastos similares suportados		-	-473.950,70
Resultado antes de Impostos	23	5.505.687,50	7.654.669,12
Imposto sobre o rendimento do período	7	-1.545.937,46	-2.014.490,21
Resultado líquido do período		3.959.750,04	5.640.178,91



3. Demonstração das Alterações no Capital Próprio

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no Período de 30 de setembro de 2017

(Valores expressos em euros)

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					
		Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2017	1	25.637.140,00	-	-26.729.554,18	5.340.000,00	351.182,37	4.598.768,19
Alterações no período	2						
Resultado Líquido do Período	3					3.959.750,04	3.959.750,04
Resultado Integral	4 = 2 + 3					3.959.750,04	3.959.750,04
Operações com detentores de capital próprio							
Realizações de capital							
Outras operações							
Resultados transitados dos ACES	13			-5.698,67			-5.698,67
Reconhecimento de ativo	13			28.817,77			28.817,77
Aplicação do resultados de 2016	13			351.182,37		-351.182,37	-
	5	-	-	374.301,47	-	-351.182,37	23.119,10
Posição no Fim do Período 2017	6 = 1 + 2 + 3 + 5	25.637.140,00	-	-26.355.252,71	5.340.000,00	3.959.750,04	8.581.637,33

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no Período de 2016

(Valores expressos em euros)

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					
		Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2016	1	6.000.000,00	-	-27.761.637,21	-	4.043.591,30	-17.718.045,91
Alterações no período	2						
Resultado Líquido do Período	3					5.640.178,91	5.640.178,91
Resultado Integral	4 = 2 + 3					5.640.178,91	5.640.178,91
Operações com detentores de capital próprio							
Realizações de capital		19.637.140,00					19.637.140,00
Outras operações							
Transferência OE					5.340.000,00		5.340.000,00
Saldo de gerência	14			-2.637.888,00			-2.637.888,00
Resultados transitados dos ACES	14			-373.620,27			-373.620,27
Aplicação do resultados de 2015	14			4.043.591,30		-4.043.591,30	-
	5	19.637.140,00	-	1.032.083,03	5.340.000,00	-4.043.591,30	21.965.631,73
Posição no Fim do Período 2016	6 = 1 + 2 + 3 + 5	25.637.140,00	-	-26.729.554,18	5.340.000,00	5.640.178,91	9.887.764,73



4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

Período findo em 30 de setembro de 2017

(Valores expressos em euros)

Rubricas	Notas	30.set.17	30.set.16
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		6.879.249,56	6.930.403,29
Pagamentos a fornecedores		-21.443.573,31	-16.855.278,39
Pagamentos ao pessoal		-5.902.102,47	-5.214.892,33
Caixa gerada pelas operações		-20.466.426,22	-15.139.767,43
Pagamento / recebimento do impostos sobre o rendimento		812.057,77	-973.146,85
Outros recebimentos / pagamentos		22.420.180,08	17.849.236,51
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		2.765.811,63	1.736.322,23
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-472.870,44	-291.471,71
Activos intangíveis		-410.648,43	-36.579,12
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-883.518,87	-328.050,83
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	19.637.140,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	1.217.300,89
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-	18.419.839,11
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1.882.292,76	19.828.110,51
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	5.914.018,60	3.115.483,35
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	7.796.311,36	22.943.593,86



5. Notas às Demonstrações Financeiras

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Ativos Fixos Intangíveis

Os ativos fixos intangíveis com vida útil finita são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo as amortizações reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

Clientes

A 30 de setembro de 2017 o valor em dívida de clientes diminuiu face ao período homólogo. O montante em dívida refere-se essencialmente a faturas emitidas a diversas entidades no âmbito dos contratos de serviços partilhados e existem boas perspectivas no seu recebimento.

Estado e Outros Entes Públicos – Ativo

A 30 de setembro de 2017 esta rubrica evidência um valor a recuperar referente a IVA em virtude de ainda não ter sido possível faturar à ACSS as metas realizadas até ao momento inerente ao contrato programa. No entanto prevê-se que a faturação à ACSS ocorra já durante o mês de outubro.

Outros créditos a receber

O montante incluído nesta rubrica corresponde a valores a receber de colaboradores da SPMS na sequência da emissão de reposições, tendo sido efetuadas as diligências necessárias para a recuperação dos montantes em causa. Inclui ainda os valores a faturar a clientes no âmbito dos serviços partilhados prestados em setembro de 2017, os quais serão faturados em outubro (acréscimo de rendimentos). De referir que, com referência a 30 de setembro de 2017, foi contabilizado um acréscimo dos montantes a faturar no âmbito do contrato programa, tendo em conta as metas executadas até à data de referência de 31 de agosto.

Diferimentos - Ativo

A rubrica de diferimentos inclui faturas recebidas de fornecedores cuja faturação já ocorreu, mas a prestação efetiva do serviço só ocorre posteriormente.



Caixa e depósitos à ordem

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis em quantias conhecidas de dinheiro e que sejam sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

A 30 de setembro de 2017 esta rubrica apresenta uma variação negativa face ao período homólogo. Esta situação explica-se pelo fato de a 30 de setembro de 2016 ter ocorrido o aumento de capital de 19.637.140€. Atualmente esta rubrica apenas inclui dinheiro em caixa e depósitos no IGCP.

Capital

O capital estatutário de 25.637.140 Euros da SPMS é detido a 100% pelo Estado Português, encontrando-se integralmente realizado a 30 de setembro de 2017. No 3.º trimestre de 2016 ocorreu o aumento de capital de 19.637.140€ para fazer face às dívidas provenientes do ACE's que, adicionado aos 6.000.000€ iniciais, fez subir esta rubrica para o atual montante.

Resultados Transitados

O resultado líquido positivo do período findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de 351.182,37€, foi transferido para resultados transitados, uma vez que as contas ainda não foram aprovadas no sentido de se aplicarem reservas.

Em 2017 esta rubrica sofreu ainda um aumento devido ao reconhecimento de um ativo que por lapso não foi considerado em 2015.

A 30 de setembro de 2017 a SPMS apresenta um capital próprio positivo por via do efeito do aumento de capital no montante de 19.637.140 Euros, totalmente subscrito e realizado pelo Estado Português, no entanto ele ainda é inferior a metade do capital social.

Outras variações no capital próprio

No âmbito da transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS, procedeu-se à revelação contabilística das transferências determinadas pelo Orçamento do Estado para aquele efeito, no montante de 5.340.000,00 euros, recebidas durante o ano de 2016, em outras variações do Capital Próprio.



Provisões

A 31 de dezembro de 2016 a SPMS constituiu uma provisão no valor de 501.157,41 euros referente a processos judiciais em curso. A 30 de setembro de 2017 a SPMS manteve constituídas provisões no mesmo montante, no âmbito de processos judiciais em curso, de acordo com avaliação da probabilidade de exfluxos financeiros, sendo esta quantificada com o auxílio do patrocínio jurídico dos respetivos processos, de acordo com as políticas contabilísticas em vigor.

Financiamentos obtidos

Em 2016, a SPMS liquidou a totalidade da dívida a Instituições bancárias proveniente dos ACE's SOMOS, por via do aumento de capital e de parte das transferências do Orçamento do Estado destinadas a esse propósito.

Fornecedores

O montante em dívida explica-se sobretudo por faturas de fornecedores que ainda não estão vencidas ou que se encontram em processo de validação.

Estado e Outros Entes Públicos – Passivo

Nesta rubrica constam os valores a pagar relativos a imposto estimado, Segurança Social, CGA e IRS.

Outras dívidas a pagar

Na composição deste saldo está refletido o reconhecimento de obrigações com férias e subsídio de férias a liquidar aos colaboradores em 2018, mas cujo direito é adquirido em 2017.

Nesta rubrica também está refletido o encargo referente à prestação de serviços do contrato n.º 194/2016, referente ao processo 20160063 – Aquisição de manutenção de licenciamento ORACLE, no montante de 2.043.000,00 euros, uma vez que este gasto é recorrente e anual, o processo refere-se ao exercício de 2016, encontrava-se em fase de obtenção de visto do Tribunal de Contas a 31 de dezembro de 2016 e será previsivelmente pago em 2017.

Diferimentos – Passivo

A SPMS procedeu ao diferimento dos dois duodécimos do OE recebidos antecipadamente.

Vendas e Prestação de Serviços

O valor inscrito nesta rubrica a 30 de setembro de 2017 refere-se essencialmente a rendimentos no âmbito de serviços partilhados com diferentes entidades do setor da saúde, contratos com a Direção Geral de Saúde e Contrato-Programa com a ACSS.



Subsídios à exploração

A partir do exercício de 2016 a SPMS passou a receber transferências correntes diretamente do Orçamento do Estado. Em 2017, o ponto 35 do mapa anexo ao artigo 8.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, dispunha o seguinte: “Transferência da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. para a Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.), até ao limite de € 30 000 000, destinada a financiar os serviços de manutenção em contínuo dos sistemas informáticos das entidades do SNS.”

Fornecimentos e serviços externos

Em 2017, verifica-se um ligeiro aumento nos gastos com fornecimentos e serviços externos em relação ao período homólogo.

Gastos com o pessoal

Esta rubrica registou um aumento em setembro de 2017 em relação ao valor registado no período homólogo. Este aumento deve-se sobretudo ao facto do quadro de pessoal da SPMS ter sofrido variações entre os períodos de 2016 e 2017 e também devido ao pagamento de indemnizações durante o ano de 2017.

Outros gastos

Esta rubrica corresponde principalmente a correções relativas ao exercício de 2016.

Gastos de depreciação e amortização

Esta rubrica espelha o forte investimento registado desde o ano de 2015, especialmente decorrente da execução do PRITIC.

Evolução dos resultados

A Demonstração de Resultados, a 30 de setembro de 2017, evidencia um resultado líquido positivo do período de 3.959.750,04€.

Recebimentos de clientes

Os recebimentos ocorridos em 2017 foram semelhantes em relação ao mesmo período de 2016.



Pagamentos a fornecedores

A rubrica de pagamentos a fornecedores apresenta um aumento significativo face ao ano anterior, devido ao facto de no 1º semestre a SPMS ter recebido os seis duodécimos do OE e adicionalmente mais dois duodécimos a título de adiantamento.

Pagamentos ao pessoal

Os pagamentos ao pessoal apresenta um comportamento semelhante ao ano anterior. No entanto verifica-se um ligeiramento aumento relacionado com o aumento do quadro de pessoal da SPMS e com o pagamento de indemnizações no âmbito de cessação de alguns contratos.

Outros Pagamentos/Recebimentos

A 30 de setembro de 2017 o montante desta rubrica é muito superior face ao mesmo período de 2016, devido ao recebimento dos dois duodécimos antecipados.

Ativos fixos tangíveis e Ativos Intangíveis

Estas rubricas refletem pagamentos referentes a aquisições de imobilizado.

Caixa e seus equivalentes no fim do período

Esta rubrica apresenta uma discrepância muito grande relativamente ao período homólogo sobretudo devido ao aumento de capital que ocorreu no 3º trimestre de 2016. No entanto de salientar que o valor pago a fornecedores foi superior em relação ao período homólogo, o que também contribui para a diminuição do saldo desta rubrica.

V. Indicadores

No quadro seguinte apresenta-se o cálculo de alguns indicadores financeiros com referência a setembro de 2017 e sua situação face ao ano de 2016.

Indicadores	Método de cálculo		Fonte	31.dez.2016	30.set.2017
	Denominador	Numerador			
Resultado Líquido (€)	Resultado Líquido	NA	DR	351.182,37 €	3.959.750,04 €
Autonomia financeira (%)	Capital Próprio	Ativo Total	Balanço	26%	36%
Liquidez geral	Ativo Corrente: Dívidas de terceiros de Curto Prazo + Disponibilidades	Passivos Corrente: Dívidas a terceiros de Curto Prazo	Balanço	1,11	1,43
Rácio de Solvabilidade (nº)	Capital Próprio	Passivo	Balanço	0,36	0,57
EBIT (Resultados Operacionais) (€)	Resultados operacionais	NA	DR	1.001.439,55 €	5.505.687,50 €
EBITDA (€)	EBIT + Amortizações + Provisões	NA	DR	3.142.126,17 €	7.193.233,06 €
Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)	FSE	NA	DR	27.564.974,71 €	17.874.142,05 €
Rendimentos Operacionais (€)	Volume da negócios + Subsídios à exploração + Outros rendimentos e ganhos	NA	DR	41.879.636,53 €	23.401.443,62 €
Gastos com deslocações e estadas	Deslocações e Estadas (6251) + Alojamento (61516)	NA	Balancete	358.273,06 €	36.016,23 €
Gastos com Ajudas de Custo (registadas em pessoal)	Ajudas de custo (63271)	NA	Balancete	39.527,45 €	44.014,55 €
Gastos com comunicações	Comunicação (6262)	NA	Balancete	182.792,65 €	75.181,65 €
Gastos com Pessoal (€)	Gastos com pessoal (63)	NA	Balancete	8.653.481,06 €	6.734.661,96 €
Gastos Operacionais DGTF (FSE+GCP) (€)	FSE + Gastos com pessoal	NA	DR	36.218.455,77 €	24.608.804,01 €
Volume de negócios	Vendas e Prestações de serviços	NA	DR	15.758.945,04 €	8.861.914,13 €
Peso dos Gastos Operacionais/volume de negócios	Gastos Operacionais DGTF	Volume de Negócios	DR	230%	278%
Gastos com Frota Automóvel	Combustíveis (6242) + Locação (62612)	NA	Balancete	28.583,49 €	21.388,16 €
Recebimentos de clientes (€)	Recebimentos de clientes	NA	DFC	17.786.531,89 €	6.879.249,56 €
Pagamentos a fornecedores (€)	Pagamentos a fornecedores	NA	DFC	27.898.907,58 €	21.443.573,31 €
Prazo médio de pagamento (dias) - Dados de setembro	Média Fornecedores dos ultimos 4 trimestres x 365	Compras e FSE dos ultimos 4 trimestres (despacho 9870/2009)	Balanço e DR trimestral	33,43	30,49
Prazo médio de recebimento (dias) - Dados de setembro	Média dos Clientes dos ultimos 4 trimestres x 365	Vendas e Prestação de Serviços dos ultimos 4 trimestres (despacho 9870/2009)	Balanço e DR trimestral	59,69	72,35
Quociente de posicionamento relativo	Prazo médio de recebimento	Prazo médio de pagamento		1,56	0,42
Saldo médio mensal de clientes - Dados de setembro	Saldo de clientes no final de cada mês desde o início do ano em curso	Número de meses decorridos no ano em curso	Balanço trimestral	1.845.079,56 €	2.383.135,17 €
Saldo médio mensal de fornecedores - Dados de setembro	Saldo de fornecedores no final de cada mês desde o início do ano em curso	Número de meses decorridos no ano em curso	Balanço trimestral	2.752.757,48 €	2.708.561,11 €
Receitas proveniente de outras fontes de financiamento (€)	Valor total das receitas provenientes de outras fontes de financiamento, para além das receitas próprias		Balancete	34.475.209,36 €	28.694.675,00 €



Tendo em conta o impacto que a transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS, tinha no nível de liquidez e de autonomia financeira no ano de 2015, a liquidação das dívidas naquele âmbito pela via do aumento de capital e das transferências do Orçamento do Estado, melhorou significativamente aqueles indicadores.

O prazo médio de recebimentos situa-se nos 72 dias, verifica-se um aumento deste indicador devido ao fato da ACSS só ter pago o valor faturado em dezembro de 2016 no mês de abril de 2017, ou seja, o pagamento foi efetuado após 110 dias da emissão da respetiva faturação.

A SPMS conseguiu diminuir o prazo médio de pagamento, uma vez que não existiram constrangimentos de tesouraria no início do ano de 2017. O prazo médio de pagamentos a 30 de setembro de 2017 situa-se nos 30,49 dias.

A Empresa apresenta um aumento do peso dos gastos operacionais no volume de negócios de 230% para 278%, considerando apenas os Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal, nos termos do rácio normalizado da DGTF.

No que respeita aos limites que impendem sobre a SPMS importa referir que, através da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2017, encontra-se estabelecido no artigo 44.º que “As empresas públicas prosseguem uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, nos termos do disposto no decreto-lei de execução orçamental”.

O n.º 1 do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, dispõe que “Para efeitos do disposto no artigo 44.º da Lei do Orçamento do Estado, as empresas públicas devem prosseguir uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, mediante a redução do peso dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos decorrentes da reposição salarial e das indemnizações por rescisão, no volume de negócios face a 31 de dezembro de 2016”.

Aquele artigo determina ainda que os gastos com pessoal e o conjunto dos gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel “devem também ser iguais ou inferiores aos registados em 31 de dezembro de 2016” (cfr. n.º 4 do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março).

Por outro lado, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 49.º da Lei do OE2017, os encargos globais com contratos de aquisição de serviços, com exceção dos contratos com cofinanciamento europeu, não podem ultrapassar os encargos globais pagos em 2016.

Neste contexto, o estado atual destes indicadores é o seguinte:

Indicadores	31.dez.2016	30.set.2016	30.set.2017	% sobre 2016	Variação homóloga	% VH	31.dez.2017 (prev)
EBITDA (€)	3.142.126,17 €	9.184.800,38 €	7.193.233,06 €	229% -	1.991.567,32 €	-22%	1.437.212,00 €
Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)	27.564.974,71 €	14.779.347,78 €	17.874.142,05 €	65%	3.094.794,27 €	21%	42.520.000,00 €
Rendimentos Operacionais (€)	41.879.636,53 €	30.488.974,00 €	23.401.443,62 €	56% -	7.087.530,38 €	-23%	53.557.212,00 €
Gastos com deslocações e estadas	358.273,06 €	179.331,10 €	36.016,23 €	10% -	143.314,87 €	-80%	358.000,00 €
Gastos com Ajudas de Custo (registadas em pessoal)	39.527,45 €	23.167,92 €	44.014,55 €	111%	20.846,63 €	90%	75.453,51 €
Gastos com comunicações	182.792,65 €	69.826,38 €	75.181,65 €	41%	5.355,27 €	8%	180.000,00 €
Gastos com Pessoal (€)	8.653.481,06 €	6.154.007,62 €	6.734.661,96 €	78%	580.654,34 €	9%	9.600.000,00 €
Gastos Operacionais DGTF (FSE+GCP) (€)	36.218.455,77 €	21.304.173,62 €	24.608.804,01 €	68%	3.304.630,39 €	16%	52.120.000,00 €
Volume de negócios	15.758.945,04 €	9.001.117,32 €	8.861.914,13 €	56% -	139.203,19 €	-2%	23.557.212,00 €
Peso dos Gastos Operacionais/volume de negócios	230%	237%	278%	-	41%	-	221%
Gastos com Frota Automóvel	28.583,49 €	21.370,07 €	21.388,16 €	75%	18,09 €	0%	32.082,00 €
Aquisições de serviços (Ec. 0202 - FF319;510;540)	27.113.366,00 €	16.455.159,00 €	20.765.936,00 €	77%	4.310.777,00 €	26%	44.544.976,00 €

Como se pode verificar os pagamentos com a aquisição de serviços são superiores ao período homólogo, essencialmente devido ao pagamento da manutenção do licenciamento ORACLE, todavia, também os gastos operacionais estão acima do referencial homólogo. Também as despesas com o pessoal, as ajudas de custo e os gastos com comunicações estão acima do referencial homólogo.

A SPMS já efetuou o pedido de exceção do cumprimento das alíneas a) e b) do n.º 4, do mencionado artigo 124.º do Decreto de Execução Orçamental, através do Ofício n.º 15765 de 27 de março de 17, reiterado pelos Ofícios n.º 17835, de 21 de abril e n.º 18589, de 25 de maio do mesmo ano, até porque em 2016 a SPMS esteve excecionada no próprio Decreto de Execução Orçamental e porque se mantêm as circunstâncias que fundamentaram a referida exceção, designadamente a fase de crescimento da SPMS e o seu envolvimento em projetos internacionais.



VI. Conclusão

A informação disponibilizada neste documento permite as seguintes conclusões:

1. As Demonstrações Financeiras deixaram de estar influenciadas pela transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS, em especial o Capital Próprio, que se apresenta agora positivo em face do aumento de capital ocorrido no exercício de 2016. Ainda assim, o capital próprio representa menos de metade do capital social.
2. A SPMS apresentou uma execução orçamental equilibrada a 30 de setembro de 2017.
3. No âmbito das atividades inerentes ao Decreto-Lei nº209/2015, de 25 de setembro, encontra-se liquidada parte significativa das responsabilidades assumidas por aqueles ACE Somos e transmitidas para a SPMS (98%), porquanto se realizou o pagamento da totalidade do capital em dívida ao Sindicato Bancário, bem como das situações (que se destacam pela sua materialidade) referentes aos credores Capgemini Portugal, Serviços de Consultadoria e Informática, S.A. e MSD – Merck Sharp & Dohme, Lda, todavia, ainda permanecem dívidas por pagar.
4. A SPMS alcançou o objetivo de diminuição do prazo médio de pagamentos, situando-se nos 30,49 dias a 30 de setembro de 2017.
5. Face ao risco de incumprimento do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, é importante obter a autorização para que a SPMS possa estar excecionada do mesmo, já solicitada por ofício.

SPMS, em Lisboa, 30 de outubro de 2017
